

CONDICIONANTES E LIMITANTES NA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PELO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

MARIANA GRISA SIMONETTI^{1,2*}, ROZANE MÁRCIA THICHES^{3,4}.

¹ Graduada em Nutrição pela Universidade Federal da Fronteira Sul, *campus* Realeza; ² Bolsista do Projeto de Pesquisa- Edital 281/2015-2016 – PIBIC/CNPq/UFFS; ³ Universidade Federal da Fronteira Sul, *campus* Realeza;

⁴ Professora Doutora em Desenvolvimento Rural, Programa de Pós- Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável.

*Autor para correspondência: Mariana Grisa Simonetti (mariana_grisa@hotmail.com)

1 Introdução

Embora o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) seja uma das políticas alimentares mais antigas, é somente a partir da última década que ele passa a ser discutido como instrumento de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) a partir das compras públicas de pequenos agricultores locais (TRICHES, 2015).

Para tanto, ponto fundamental neste processo foi a mudança nos princípios e regulamentos das aquisições públicas, que ocorreu em 2009 com a promulgação da Lei n.º 11.947, e pela Resolução n.º 38. Essa nova legislação inaugura as tentativas de transformar a retórica em realidade e apoiar efetivamente o propalado desenvolvimento sustentável, a partir da obrigatoriedade da compra de no mínimo 30% do recurso de produtos da agricultura familiar com dispensa de processo licitatório (TRICHES, 2015).

O novo modelo de compras públicas adotado pelo Brasil no caso do PNAE, ainda está em fase de aprimoramento, visto que outras dificuldades foram criadas, além do que, as barreiras de entrada e altos custos de transação para o agricultor familiar nos mercados formais, ainda persistem (TRICHES e BACCARIN, 2016).

Diante da interface entre agricultura e alimentação escolar, a atuação de diferentes agentes sociais surge como parte importante para uma articulação entre os setores. Conforme aponta Soares (2013), a integração de todos os agentes envolvidos na cadeia produtiva de alimentos fornecidos pela agricultura familiar para a alimentação escolar é importante na busca pela garantia da SAN.

2 Objetivo

O estudo tem por objetivo compreender quais os condicionantes e as dificuldades envolvidas na aquisição de produtos da agricultura familiar pelo Programa de Alimentação

Escolar no estado do Paraná pela ótica de atores sociais. Dessa forma, busca verificar quais as dificuldades referidas pelos atores quanto ao processo de aquisição pública da Agricultura Familiar e identificar quais fatores condicionantes envolvidos no sucesso dos municípios que estão conseguindo implementar com mais êxito as diretrizes da Lei 11.947/2009.

3 Metodologia

A pesquisa desenvolvida teve caráter qualitativo e foi realizada em oito municípios de diferentes estratos populacionais e regiões do estado do Paraná. Estes oito municípios foram elencados a partir de alguns passos: 1º) foram realizadas buscas em todos os sites dos municípios do estado para juntar todas as chamadas públicas para aquisição de produtos da agricultura familiar nos anos de 2012 a 2014; 2º) destes, escolheu-se dois municípios de cada faixa populacional - muito pequenos (abaixo de 20.000 habitantes), pequenos (de 20.000 a 100.000 habitantes), médios (de 100.000 a 500.00 habitantes) e grandes (acima de 500.000 habitantes) de diferentes macrorregiões do estado.

Participaram da pesquisa agentes sociais envolvidos no PNAE, quais sejam: representantes do serviço de alimentação escolar, inclusive nutricionista, do setor de compras municipal, membro do Conselho de Alimentação Escolar do município, agricultor familiar, funcionário de serviço municipal ou estadual de fomento agrícola e extensão rural. Para cada grupo de agentes sociais foram aplicados roteiros semiestruturados diferenciados. Em cada município foram entrevistadas quatro pessoas, totalizando 36 entrevistas.

4 Resultados e Discussão

Apesar de representar inquestionável conquista após regulamentação da Lei nº 11.947, o mercado do PNAE impõe também enorme desafio para as organizações produtivas da agricultura familiar. Barreiras como disponibilidade, sazonalidade, organização da produção, burocracia do Programa, logística, qualidade dos produtos, aceitação, entre outras, foram referenciadas diferentemente pelos grupos de atores, como dificuldades no cumprimento da legislação, conforme Tabela 1.

Tabela 1. Dificuldades no abastecimento de alimentos provenientes da agricultura familiar para o PNAE sob o ponto de vista de 32 atores sociais dos municípios pesquisados no ano de 2015.

Dificuldades	Atores Sociais			
	Agricultores	ATER	CAE	Gestão

Fornecimento (regularidade) e produção	3	1	-	4
Qualidade de produtos (cor, sabor, sanidade)	4	-	2	1
Logística	5	1	-	1
Burocracia	2	-	-	-
Organização e diálogo dos envolvidos	2	2	-	2
Aceitação de alunos e merendeiras	-	-	3	1

Fonte: Autores, 2016.

Mas, diante das dificuldades, observou-se formas diferentes de enfrentá-las. Nos municípios de grande porte, existe a parceria entre agricultores com a gestão dos municípios, no entanto, identificou-se pouca participação do Conselho de Alimentação Escolar (CAE). Nestes locais constata-se que os representantes do órgão têm um discurso que se limita ao conhecimento da existência da obrigatoriedade do Artigo 14 do PNAE e que a individualidade dos atores, devido ao tamanho das cidades, é um fator que prejudica a troca de diálogos e execução do programa.

Em contrapartida, nos municípios pequenos e muito pequenos é possível visualizar que os atores mostram-se envolvidos com a temática de planejar, acompanhar, fiscalizar e prestar contas no que diz respeito à alimentação escolar. Presume-se que nesses municípios muito pequenos e pequenos, a compra de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar, que oscilam entre o percentual de 30% como promulga o artigo 14 da Lei, cumpre com o proposto de recursos destinados ao PNAE e, há de fato, uma maior aproximação entre os atores locais. Isso é possível graças ao diálogo e cobrança por parte dos envolvidos, bem como a criação de associações entre agricultores para potencialização das políticas e programas implementados.

Para os AFs entrevistados foram importantes, além da maior organização por meio de Associações e Cooperativas, o auxílio da Extensão Rural, o diálogo com o nutricionista, com os técnicos da Secretaria da Agricultura, da EMBRAPA e também de instituições de Ensino Superior. Além disso, foram citados os auxílios de outras políticas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programas de crédito e financiamento e o custeio por meio do SEBRAE para certificação de alimentos orgânicos. Para os mesmos, a abertura de outros mercados locais fomentou o maior interesse pelo PNAE e os informativos e informações sobre o funcionamento burocrático do mesmo, auxiliaram e incentivaram a sua participação.



Os gestores identificaram como formas de superação, a aproximação com os AFs, a partir de reuniões e o auxílio da Emater e das Instituições de Ensino Superior. Também frisaram a importância de realizarem mudanças na forma de planejar o cardápio, de preparar os alimentos e na entrega dos gêneros. A participação das cozinheiras neste processo foi considerada importante, sendo que alguns municípios foram realizados capacitações com as mesmas. Nos discursos da extensão rural e dos conselheiros do CAE, observou-se envolvimento diferenciado com o processo nos diversos municípios. Enquanto que em alguns municípios, observou-se participações substanciais destes atores, em outros, elas pareceram insipientes.

5 Conclusão

De forma geral, nos municípios onde existe maior participação, diálogo e parcerias entre gestores, agricultores, conselheiros e extensão rural há um melhor aproveitamento dos recursos que o Programa oferece e esse entrosamento é mais evidente em municípios de médio e pequeno porte. Nota-se que nos municípios onde as relações são mais próximas, frequentes e interativas, há maior comprometimento com a implementação do PNAE, já que as dificuldades são mais partilhadas e compreendidas entre os diferentes atores.

Palavras-chave: Alimentação escolar, Agricultura familiar, Segurança Alimentar e Nutricional, Desenvolvimento rural.

Fonte de Financiamento

PIBIC – CNPq/ UFFS

Referências

- TRICHES, R. M. Repensando o mercado da alimentação escolar: novas institucionalidades para o desenvolvimento rural. In: GRISA, C; SCHNEIDER, S. (Org.). Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. 1ed.Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015, v. 1, p. 181-200.
- TRICHES, R.M; BACCARIN, J.G. Interações entre alimentação escolar e agricultura familiar para o desenvolvimento local. In: TEO, C.R.P.A; TRICHES, R.M. (Org.). Alimentação Escolar: construindo interfaces entre saúde, educação e desenvolvimento. 1ed.Chapecó: Argos, v. 1, p. 89-109, 2016.
- SOARES, F. V. et al. Structured Demand and Smallholder Farmers in Brazil: the Case of PAA and PNAE. Brasília: IPC/WFP, 2013.